

A Agricultura Familiar e suas Estratégias de Sobrevivência

Dreisse Gabbi Fantineli – Mestranda do PPGGEO/UFSM

dreisse.fantineli@bol.com.br

Aline Guterres Ferreira – Mestre em Extensão Rural/UFSM

alinegufe@gmail.com

Cristiane Maria Tonetto Godoy – Doutora em Extensão Rural/UFSM

guriaccr@hotmail.com

Helena Maria Beling – Mestranda do PPGGEO/UFSM

helenabeling@hotmail.com

1. Introdução

A agricultura familiar tem uma grande importância para o país, pois são os agricultores familiares que produzem grande parte dos alimentos que abastecem o mercado interno. Porém, infelizmente, devido o olhar sempre estar mais voltado à produção para a exportação, foi há pouco tempo que o segmento da agricultura familiar passou a ter políticas públicas voltadas para si. Foi a partir de 1996, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que os agricultores familiares conseguiram o reconhecimento da categoria.

É sabida a destreza que agricultores familiares possuem para contornar os momentos de crise e sua desvalorização, que sofrem há décadas. Não apenas com a diversificação da sua produção agrícola, mas sim com outras formas de trabalho e prestação de serviço, tais como, a criação das agroindústrias, a feira livre e o turismo rural.

Essas estratégias de sobrevivência não são de hoje estudadas, mas são muito pouco incentivadas por políticas públicas e créditos rurais, o que ocasionam uma baixa no seu desenvolvimento e crescimento, pois por muitas vezes, esses empreendimentos trazem inúmeros benefícios para os agricultores familiares que vão além do retorno econômico, como o fim do isolamento social e a solidão, a atuação mais relevante das mulheres e dos jovens e a possibilidade de conhecimento sobre outras áreas, que não a agricultura.

Este trabalho tem como objetivo analisar a questão da pluriatividade na agricultura familiar como uma diversificação das atividades dentro da unidade familiar, destacando-se as agroindústrias, as feiras livres e o turismo rural, possibilitando outra forma de geração de renda para os agricultores familiares. São esses assuntos que serão tratados neste artigo e ainda sua importância para reprodução social desta população rural. A metodologia foi realizada através da pesquisa em livros, artigos e revistas, ou seja, em referências bibliográficas.

2. Agricultura Familiar

A agricultura familiar nos últimos anos vem sendo muito estudada, sendo que as políticas públicas para esse segmento também se ampliaram há alguns anos atrás. Para Altafin (S/D, p. 1):

Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo.

Sobre a agricultura familiar, é importante colocar as diferenças entre essa e a agricultura patronal, para ficar bem claro o entendimento entre as duas. O quadro abaixo mostra bem as características de cada uma.

Quadro 1: Diferenças entre Propriedades Patronais e Familiares

Patronal	Familiar
<ul style="list-style-type: none"> * Completa separação entre gestão e trabalho. * Organização centralizada. * Ênfase na especialização. * Ênfase nas práticas padronizáveis. * Predomínio do trabalho assalariado. * Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”. 	<ul style="list-style-type: none"> * Trabalho e gestão intimamente relacionados. * Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários. * Ênfase na diversificação. * Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. * Trabalho assalariado complementar. * Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: VEIGA (2001, apud Marafon 2006, p. 20).

Como é possível verificar, a agricultura familiar é baseada na diversificação, não significando que varia só nos tipos de cultivos, pois, pode ser pluriativa, ou seja, realizar atividades agrícolas e não agrícolas, como mais uma forma de aumentar renda. Ainda sobre a diferença entre a agricultura patronal e a agricultura familiar, Costabeber e Caporal apresentam dados oriundos do FIBGE.

Quadro 2: Agricultura no Rio Grande do Sul: comparação entre unidades de produção

Categoria	Patronal	Familiar
Tamanho	100 ha ou mais	Menos de 100 ha
Número	7,87%	92,13%
Área	67,10%	32,90%
VBP	38,98%	61,02%
Ocupação de mão-de-obra	12,55%	87,45%
Financiamento	61,02%	38,98%
Agrotóxico	58,06%	41,94%

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário (1995/96 apud Costabeber e Caporal, 2003, p. 11).

Com esses dados é possível verificar que as unidades familiares são em maior número, que existe uma maior ocupação de mão-de-obra e que os financiamentos são menores. Mesmo esses dados serem de vinte anos atrás, essas características se mantêm até os dias de hoje, claro que com algumas alterações, porém, não mudaram muito, pois as unidades familiares ainda são em maior número, a ocupação de mão-de-obra é maior e os financiamentos são menores.

Também é importante colocar a classificação dos agricultores familiares de acordo com a FAO/INCRA, para saber que existem diferentes tipos de agricultores familiares, de acordo com o tamanho da propriedade, utilização de crédito rural, entre outros.

Quadro 3: Classificação dos Agricultores Familiares

<p style="text-align: center;">Consolidados</p>	<p>São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 50 ha.</p>
<p style="text-align: center;">Em Transição</p>	<p>São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha.</p>
<p style="text-align: center;">Periféricos ou de Subsistência</p>	<p>A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente, tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.</p>

Fonte: FAO/ INCRA (2000 apud Marafon, 2006, p. 20).

É importante colocar que muitas vezes os agricultores familiares são vistos como um segmento em decadência, que não consegue se desenvolver, porém, é uma ideia completamente errada a respeito dos mesmos, pois o segmento da agricultura familiar tem um importante papel no desenvolvimento local e regional, pois os agricultores familiares produzem grande parte dos alimentos que abastecem o mercado interno, sem falar ainda na questão ambiental, onde os mesmos possuem grande potencial para a preservação dos recursos naturais. Sobre a questão ambiental, Salamoni (2015, p. 160) afirma que:

Finalmente, cabe ressaltar que a agricultura familiar tem grande potencial para promover o desenvolvimento rural sustentável, não somente por ser responsável pela preservação e fortalecimento dos sistemas de produção agroecológicos, mas por ser detentora de um patrimônio cultural que lhe confere um caráter particular de organização interna.

Complementando sobre a questão ambiental e sobre qualidade dos alimentos, Moreira (2013, p. 1) coloca que:

No âmbito da agricultura familiar há uma importância cada vez maior em se produzir hortaliças e frutas com padrões de qualidade, que sejam livres de resíduos de agrotóxicos e que não comprometam o ambiente agrícola, respeitando-se, também, os princípios da segurança alimentar.

Enfim, a agricultura familiar tem grande potencial para promover o desenvolvimento local e regional, de forma sustentável, por isso, devem ser ampliadas as políticas públicas voltadas para esse segmento.

3. A Pluriatividade na Agricultura Familiar

Cada vez mais está se tornando comum, uma unidade familiar ter outras atividades para a geração de renda que não seja agrícola. Felizmente os agricultores familiares estão buscando novas formas para conseguirem um maior rendimento, e assim, melhorar a qualidade de vida. Sobre a pluriatividade, Schneider et. al (2006, p. 1) coloca que “lentamente, a pluriatividade passa a ser reconhecida entre os especialistas e formuladores de políticas como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural que visa fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares”.

Essa diversificação das atividades nas unidades familiares, tanto agrícolas como não agrícolas não é uma questão nova, pois conforme afirma Godoy e Wizniewsky (2013, p. 5):

A presença das atividades agrícolas e não-agrícolas nas propriedades rurais não deve ser entendida como uma “nova” estratégia ou modelo utilizado pelas populações rurais. Devemos nos lembrar que os camponeses não eram somente produtores agrícolas, mas combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro de suas propriedades, e que estas atividades envolviam a força de trabalho familiar.

Em muitos casos, os agricultores familiares procuram desenvolver também atividades não agrícolas, muitas vezes por não ser suficiente manter-se somente das atividades agrícolas. Para Cunha (2015, p. 155):

Os agricultores familiares se esforçam na diversificação de suas atividades tentando se inserir no novo rural e seu mercado emergente. Esse processo não pode ser considerado como proletarização e decadência da agricultura familiar, mas sim uma nova fase socioeconômica das famílias agrícolas, que

no novo mundo rural, não são capazes de manter-se apenas a partir de atividades agrícolas.

É importante falar que não é porque os agricultores estão procurando outras atividades para gerar renda, que está ocorrendo à decadência da agricultura familiar, porque realmente não é o caso. É sim, porque como Cunha colocou, é para conseguir se adequar ao novo rural, ou também, para aumentar a renda familiar, para conseguir permanecer no campo, entre outros. Para Godoy e Wizniewsky (2013) a pluriatividade é mais uma tática para a agricultura familiar, pois ajudam a diversificação das atividades, que irão ajudar no fortalecimento da unidade familiar, com uma renda adicional para o agricultor, ajudando na redução da aquisição de insumos e produtos.

Ou seja, é mais uma opção que os agricultores estão tendo para gerar renda, e cada vez mais se fortalecendo frente aos grandes produtores. Marafon (2006, p. 8) sobre a pluriatividade:

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

Castilho e Silva e Schneider (2010, p. 10), trazem uns dados interessantes sobre a pluriatividade, colocando que “no Rio Grande do Sul, a pluriatividade corresponde a 44,1% das famílias, sendo que em Veranópolis esse índice chega a 59,3% das famílias, enquanto em Três Palmeiras chega somente a 28,8%”. Com isso percebe-se que muda bastante de cidade para cidade essa questão da pluriatividade nas unidades familiares. E sobre essa diferença os autores falam que:

Se avaliarmos a composição das rendas dos municípios, temos que em Três Palmeiras onde a pluriatividade não é muito freqüente, a renda não agrícola é de 6,6% e a renda agrícola corresponde a 72,9% do total das famílias (o restante correspondendo a transferências sociais e outras rendas). No caso de Veranópolis, a renda não-agrícola é de 21,1% e a agrícola é de 54,5%, demonstrando uma maior diversificação, que contribui para a reprodução social das famílias (CASTILHOS E SILVA E SCHNEIDER, 2010, p. 10).

Com a pluriatividade são várias as consequências positivas para o agricultor. A redução do êxodo rural, elevação da renda familiar, geração de empregos, sustentabilidade ambiental, estímulo ao desenvolvimento local, propiciando o

desenvolvimento rural, todas essas são algumas das potencialidades de atividades pluriativas (GODOY e WIZNIEWSKY 2013).

A diversificação de atividades nas unidades familiares como já foi falado acarreta consequências positivas para os agricultores, dentre as quais, a permanência de jovens no campo, pois os mesmos conseguem perceber que não precisam viver e depender somente de atividades agrícolas. Pois conforme afirma Carneiro (2008, p. 265):

O desejo de romper com o estilo de vida rural é também neutralizado, em algumas situações, pela valorização urbana da vida no campo, sobretudo em locais de forte vocação turística. Mas a permanência no campo não pressupõe mais assumir a atividade agrícola e, nesse sentido, ela será tão mais frequente quanto maiores forem as alternativas de trabalho e de sociabilidade nas localidades rurais.

Mas também é importante colocar, que para que seja possível existir tais alternativas, é necessário existir políticas públicas, incentivos governamentais para essa diversificação de atividades. Carneiro ainda complementa falando que:

É possível que, se forem dadas aos jovens as condições para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e ampliadas e melhoradas as condições de acesso aos bens (materiais e simbólicos) por eles valorizados, a vida no campo passe a oferecer alternativas bem mais atraentes (CARNEIRO, 2008, p. 265).

Existem diversas atividades não agrícolas que podem ser realizadas pelos agricultores familiares, como turismo rural nas propriedades, as feiras livres, artesanato, as agroindústrias, entre outros.

3.1 As Agroindústrias, as Feiras Livres e o Turismo Rural

As agroindústrias são outra forma de os agricultores conseguirem aumentar a renda. Para Godoy e Wizniewsky (2013, p. 8): “a agroindústria familiar motiva a agregação de valor aos produtos excedentes dos quais muitas vezes não conseguiriam comercializar *in natura*, através de transformações semi-artesanais a artesanais, além do envolvimento de toda a família no processo da produção”. Ou seja, as agroindústrias são uma das opções, que além de agregar valor ao produto, facilitam a comercialização dos produtos.

Para Mior (2007, p. 9):

A agregação de valor do conjunto das agroindústrias familiares, em sua maior parte constituída em bases artesanais abrange uma grande diversidade de produtos como grãos (milho), mel, leite e derivados, conservas, derivados de cana-de-açúcar, doces e chimias derivados de frutas, sucos de frutas, chás, avicultura de corte e postura, derivados de carne suína. Esta característica pode ser mobilizada para contrabalançar, pelo menos em parte, a tendência a especialização dos sistemas convencionais de produção.

O número de agroindústrias está aumentando cada vez mais, pois o agricultor realmente vê essa questão como outra fonte de renda, agregando valor ao produto também. É importante a contribuição de Prezotto (2002, p. 137) falando que “a pequena agroindústria, nessa perspectiva, se torna uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo”. Ou seja, é outra opção benéfica para o agricultor, para poder continuar inserido nesse processo produtivo e não ser excluído do mesmo. Essa industrialização dos produtos nas agroindústrias ocorre de diversas formas, conforme afirma Prezotto (2002, p. 137) “(...) podemos citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos, embutidos e defumados de carne”.

Existem vários casos que realmente deram certo, onde os produtores estão conseguindo agregar valor ao produto, aumentar sua renda familiar, melhorar a qualidade de vida, e assim, se fortalecer ainda mais como agricultor familiar.

Um desses casos que deram certo foi o do produtor de goiaba, José Marcos, pois conforme Neves (2007, p. 249) “a produção de goiaba, tradicional em Cachoeiras de Macacu pela venda da fruta *in natura*, começa a tomar novos rumos com a agroindústria”. Ou seja, a agroindústria possibilita mais ganho para o produtor. A autora segue falando que

A perspectiva do mercado é tão grande que, em menos de nove meses depois de montar a fábrica de goiabada cascão, o produtor José Marcos de Góis, 43 anos, do distrito Papucaia, recorreu ao investimento. Numa tacada só, modernizou as instalações e está partindo para o mercado fora da região, inclusive alguns supermercados (NEVES, 2007, p. 249).

As feiras livres também são formas dos agricultores conseguirem vender seus produtos e aumentar sua renda, diversificando suas atividades. Muitas vezes, o agricultor vende para o mercado e este revende por um preço mais alto, por isso, muitos consumidores estão frequentando mais as feiras livres. Para Angulo (2003, p. 2):

No Brasil, as feiras-livres são uma das mais antigas formas de varejo com presença generalizada. Hoje em dia, continuam a desempenhar um papel

importante na venda, principalmente de produtos hortícolas (verduras, legumes e frutas) na maioria dos centros urbanos.

E é possível verificar que esse tipo de comercialização além de ser bem antigo, está aumentando, pois muitas pessoas estão procurando alimentos de qualidade, com preços mais acessíveis que os dos mercados. Angulo (2003, p. 2) ainda contribui afirmando que:

A feira é um espaço que tem influência na melhoria de vida das pessoas, não só pela obtenção de uma renda familiar, mas pela apreensão das idéias e representações associadas à feira como espaço de socialização, carregada de narrativas e símbolos sociais. Ao mesmo tempo, este ambiente fornece informações no que diz respeito às condições de trabalho, organização e consumo, origem e destino dos produtos potenciais de comercialização, nível de satisfação e quais os outros segmentos sociais envolvidos no processo (feirantes, consumidores, organizações locais).

As feiras livres tendem a aumentar cada vez mais, por vários motivos, permitindo assim uma diversificação para os agricultores familiares, e uma alternativa para aumentar sua renda, pois é uma garantia de venda de seus produtos, principalmente porque tem o contato direto com o consumidor, diferente do que ocorre quando o agricultor vende para o mercado e este revende para consumidor. Para Machado e Silva (2004, p. 7):

As feiras livres são consideradas pontos de venda tradicionais, em que cada comerciante instala uma "banca" em feiras que são realizadas em diversas regiões do Brasil. Os produtos são expostos ao ar livre e têm o apelo de ser um comércio de vizinhança, em que muitas vezes, o cliente conhece e confia na pessoa do feirante. Algumas "bancas" têm o apelo de vender diretamente do produtor ao consumidor, o que, às vistas deste último, pode representar um produto mais barato e mais garantido em termos de não utilização de agrotóxicos, corantes ou qualquer outro produto químico que altere as características "naturais" dos produtos (IEL, CNA e Sebrae, 2000).

Um exemplo de feiras livres que estão conseguindo atingir os objetivos de beneficiar tanto produtor como consumidor, são as feiras em Araraquara (SP), onde:

As feiras voltadas apenas para a distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar, como observado em Araraquara, têm se mostrado benéficas para os produtores e para os consumidores finais. Os produtores familiares passam a vender seus produtos diretamente ao consumidor final podendo, assim, agregar as necessidades dos consumidores ao processo produtivo e obter maiores margens de rendimento. A vantagem para o consumidor final está na possibilidade de adquirir produtos mais frescos a um preço acessível (MACHADO e SILVA, 2004, p. 12).

Outra atividade não agrícola que vem se destacando nas unidades familiares é o turismo rural. Conforme Marafon (2006, p. 10) “na literatura, encontramos os anos 1980 como sendo o marco inicial da exploração do turismo rural no Brasil. Nos anos 1990, com a intensificação das atividades no espaço rural e com a crescente valorização da natureza, tivemos a expansão dessas práticas no meio rural”. E hoje, é possível verificar que a procura aumentou ainda mais, pois devido ao estresse dos centros urbanos, a correria, a falta de áreas verdes, de lazer, as pessoas estão procurando as áreas rurais para passarem o dia, o fim de semana, levar os filhos, etc, ou seja, são vários os motivos pelos quais a procura por áreas rurais está crescendo cada vez mais, pois para Schneider e Fialho (2000, p. 17):

(...) o ambiente rural também vêm incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande medida, estão contribuindo para redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana. Entre os fatores relacionados a esta transformação do meio rural estão: o aumento do tempo livre, devido às facilidades que o “mundo moderno” proporcionou através de avanços tecnológicos em diversas áreas; a ampliação e melhoria das estradas e dos meios de comunicação (especialmente as facilidades proporcionadas pelas telecomunicações) que ligam os centros urbanos ao meio rural, reduzindo o tempo dispendido na locomoção entre esses espaços; a expansão das residências “secundárias” e dos sítios de lazer ou até mesmo a criação de condomínios fechados em áreas rurais, considerados uma opção de segurança, conforto e qualidade de vida; o “estresse” e o crescente custo de vida urbano decorrente do crescimento intenso e desordenado das cidades, que faz com que a população busque ambientes mais “saudáveis” e; finalmente, para uma parcela específica da população (embora cada vez mais expressiva) a busca de um estilo de vida “exótico”, buscando o isolamento e a proximidade com a natureza.

E assim, abre mais oportunidades para os agricultores familiares na diversificação de atividades dentro da propriedade. Para Marafon (2006) entre as inúmeras possibilidades que se tornam visíveis no espaço rural e que permitem a complementação de renda nas propriedades familiares de produção, são as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem crescendo cada vez mais dentro do território brasileiro. Sobre o turismo rural, Queiroz (2005, p. 5) reforça falando que:

O desenvolvimento e o fortalecimento da Agricultura Familiar, porém, contempla uma gama muito mais ampla de possibilidades, que vai além das atividades agropecuárias. Atividades rurais não agrícolas relacionadas ao turismo rural têm permitido a esses agricultores ganhos significativos de renda e qualidade de vida.

Portanto, fica evidente que atividades não agrícolas, como a presença de agroindústrias, as feiras livres e o turismo rural, beneficiam os produtores rurais, aumentando a renda, diminuindo êxodo rural, mantendo os jovens no campo, entre outros.

4. Desenvolvimento Rural

A agricultura familiar tem grande importância para o desenvolvimento do país, pois são os agricultores familiares que produzem grande parte dos produtos que abastecem o mercado interno. Por muito tempo, as políticas públicas eram voltadas somente para os grandes produtores, devido ao fato destes produzirem para exportação, porém, de uns anos para cá, a agricultura familiar vem conseguindo mostrar o seu potencial, tendo políticas públicas voltadas para o seu segmento, porém ainda não suficientes para atender todas as necessidades que os agricultores precisam para conseguirem atingir o grande potencial que possuem.

Atualmente, desenvolvimento rural não deve ser entendido apenas como crescimento da produção agrícola, pois no meio rural, como já visto, não se define apenas como agricultura, mas sim como múltiplas atividades, geradoras de renda ou não, que impedem o êxodo rural, permitindo a permanência do jovem no campo e o desenvolvimento territorial que valoriza o trabalho deste, seja este agrícola ou não. Como destaca Schneider (2009, p. 7):

Para além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, a pluriatividade poderá contribuir de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros.

Apesar disto, muitas políticas públicas e créditos rurais ainda se limitam ao financiamento da produção agrícola em detrimento as múltiplas atividades que os agricultores realizam e por isso estes não a acessam, ou quando acessam acabam realocando este financiamento não para seu objetivo inicial, desvirtuando assim essas iniciativas e acumulando dívidas.

Devido a isto, devemos cada vez mais, incentivar as múltiplas atividades que a agricultura familiar é capaz de realizar e batalhar por financiamentos mais realistas e adequados a realidade laboral da população rural.

Considerações Finais

A agricultura familiar tem grande importância para o mercado interno, devido à significativa quantidade de alimentos produzidos que abastecem a população. Porém, ainda existem poucas políticas públicas voltadas para esse segmento, que tem grande potencial para o desenvolvimento rural.

Com a diversificação das atividades dentro da unidade familiar, com atividades como turismo rural, agroindústria, as feiras, os agricultores conseguem se manter no campo, aumentar sua renda, motivar os seus filhos a continuarem nas atividades rurais, conseguindo a sua valorização e fortalecimento frente aos médios e grandes produtores.

Assim, para que seja possível ocorrer o desenvolvimento local e regional, é importante existir mais políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar, pois esta categoria possui um grande potencial para o desenvolvimento rural.

Referências Bibliográficas

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. S/D. Disponível em: portal.mda.gov.br – acesso em janeiro de 2016.

ANGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **O. R. & A. Revista de Administração UFLA** – v. 5 – n. 2, 2003.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, L. F. C., FLEXOR, G., SANTOS, R. **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: EDUR, 2008.

CASTILHO e SILVA, C. B., SCHNEIDER, S. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, P., CORDEIRO, R., MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2010.

COSTABEBER, J. A., CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas para o desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.

CUNHA, A. S. As Estratégias de Resistência da Agricultura Familiar no Cerro da Jaguatirica e no Rincão dos Saldanhas – Manoel Viana/RS. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; DAVID, C.; CANCELIER, J. W. (Orgs.). **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**. Porto Alegre: Jadeditora/ Evangraf, 2015.

GODOY, C. M. T. WIZNIEWSKY, J. G. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar no município de Santa Rosa/ RS. **Desafio Online**. Campo Grande, v. 1, n. 3. 2013.

MACHADO, M. D., SILVA, A. L. Distribuição de produtos provenientes da agricultura familiar: um estudo exploratório da produção de hortaliças. **O. R. & A. Revista de Administração da UFLA** – v. 6 – n. 1. 2004.

MARAFON, G. J. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2006.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural 2007. Disponível em: nmd.ufsc.br – acesso em janeiro/2016.

MOREIRA, M. R. S. Um olhar sobre a agricultura familiar, a saúde humana e o ambiente. **Ciência e Cultura**. Vol. 65 n° 3. São Paulo, 2013.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: Quantos Acoradours. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 31. 2002.

SALAMONI, G. Produção familiar camponesa: a agroecologia como estratégia frente à integração aos complexos agroindustriais. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; DAVID, C. **Agricultura e Transformações socioespaciais: Olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Orgs.). **La pluriactividad em el campo latinoamericano**. 1° ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009.

SCHNEIDER, S. et.al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. FIALHO, M. A. V. Atividades não Agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A., RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1° ed. Bauru: EDUSC, 2000.

QUEIROZ, P. G. Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar. XLIII Congresso da SOBER: “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto. 2005.